ISSN: 2358-8829

O MEDIADOR ESCOLAR COMO AGENTE DE INCLUSÃO: PRÁTICAS DE ATENDIMENTO PERSONALIZADO PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA LITERATO

Janaina Karla de Souza Neto Silva[1]

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um princípio fundamental para a construção de uma escola democrática, pautada no respeito à diversidade, na equidade de oportunidades e na garantia do direito à aprendizagem de todos os estudantes. Nesse contexto, a inclusão de crianças com deficiência no ambiente escolar exige não apenas o acesso à matrícula e à permanência na instituição, mas também a implementação de práticas pedagógicas e estratégias de apoio que considerem suas necessidades específicas, potencialidades e particularidades. Dessa forma, torna-se essencial o desenvolvimento de ações que favoreçam a autonomia, a participação, a interação social e o desenvolvimento integral desses estudantes.

No contexto das políticas públicas educacionais brasileiras, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) representam importantes marcos na garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Esses documentos reforçam a necessidade de assegurar condições de acesso, participação e aprendizagem no sistema educacional inclusivo, demandando das instituições de ensino a adoção de medidas que eliminem barreiras e promovam a acessibilidade. Nessa perspectiva, a efetivação da inclusão requer transformações que ultrapassem as adaptações metodológicas, abrangendo também as dimensões culturais, relacionais e organizacionais da escola (Araújo; Silva, 2025).

Diante dessa realidade, destaca-se a importância do mediador escolar como profissional de apoio ao processo de inclusão, cuja atuação pode contribuir para a participação do estudante nas atividades escolares, a interação com os colegas, a compreensão das propostas pedagógicas e o desenvolvimento de habilidades relacionadas à autonomia. Sua prática deve considerar as particularidades de cada criança, respeitando seu ritmo de aprendizagem e suas possibilidades de desenvolvimento. Entretanto, a mediação escolar não deve ser compreendida como uma ação

[1] Bacharela em Ciências Biológicas (UFRPE-UAST); Pedagoga (UNIPLAN), janainaneto542@gmail.com

ISSN: 2358-8829

isolada ou substitutiva do trabalho docente, mas como uma prática articulada entre professores, equipe pedagógica, profissionais de apoio e família, com vistas à construção de um ambiente educacional acessível, acolhedor e favorável à aprendizagem.

Diante do exposto, o presente artigo tem como objetivo analisar as práticas do mediador escolar no atendimento individualizado a estudantes com deficiência na Escola Literato, localizada no município de Serra Talhada, Pernambuco. Buscou-se compreender de que maneira a atuação desse profissional contribui para a participação, a autonomia e o processo de aprendizagem dos estudantes, bem como identificar os desafios e as possibilidades de articulação entre a mediação escolar e as práticas pedagógicas desenvolvidas pela instituição.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, desenvolvida por meio de um estudo de caso na Escola Literato, localizada em Serra Talhada, Pernambuco. A metodologia fundamentou-se na análise documental dos Planos de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) um documento obrigatório e individualizado para o público alvo da educação especial, considerando a demanda de estudantes da Educação Infantil ao Ensino Médio, complementada pela consulta a relatórios pedagógicos e documentos institucionais referentes ao ano letivo de 2025.

Os dados foram examinados de maneira descritiva e interpretativa, buscando identificar contribuições, desafios e possibilidades da atuação do mediador escolar no contexto investigado.

Por se tratar de uma pesquisa que envolve documentos educacionais e informações relacionadas a estudantes com deficiência, foram considerados os princípios éticos de confidencialidade, preservação da identidade dos participantes e utilização responsável das informações.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação é permeada de pluralidades que desencadeia as mais diversas discussões, dentre elas a educação inclusiva, esta se configura com uma política pública fundamentada nos princípios de direitos humanos e justiça social que precisa garantir acesso, participação e aprendizagem a estudantes com diferentes necessidades e realidades educativas, dentre eles os que compõem o público-alvo da educação especial (PLETSCH, 2020).

ISSN: 2358-8829

Sob os olhares e falas, a temática sobre a modalidade de ensino: educação especial no Brasil é visualizada a partir do arcabouço legal que garante os direitos civis, políticos e sociais das pessoas com deficiência, o qual é denso e alinhado às necessidades e tensionamentos, desse segmento populacional, esbarrando na lacuna entre a teoria/legislação e a prática pedagógica desenvolvida nas escolas (BOFF; MACHADO, 2024).

Na dinâmica das salas de aula o professor enfrenta diversos desafios, e estar preparado para receber alunos com deficiência, hoje, não se trata de uma escolha, mas de uma consciência e preparo, que muitas vezes não lhes são ofertados. Além disso, torna-se indispensável o auxílio de profissionais que facilitem as engrenagens da educação inclusiva funcionarem, destacando-se o profissional de apoio que tem a função de dar suporte ao aluno em atividades nas quais não possuam independência, como, por exemplo, "*cuidados básicos*" relacionados a alimentação, locomoção, higiene, "*auxílio nas atividades escolares*", suporte na *execução* da atividade, de acordo com a necessidade de cada aluno, no que se refere às atividades que não conseguem realizar sozinhos, entre outras (LOPES; MENDES, 2023).

Visibilizando melhor organização e resultados mais eficientes na promoção de uma educação que atenda às necessidades de cada estudante das instituições de ensino, faz-se o uso do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), um dos principais documentos norteadores para educação especial (BRASIL, 2025), por apresentar informações individualizadas, potencialidades e as estratégias de acessibilidade e apoio à aprendizagem dos estudantes desse segmento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise documental dos Planos de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), referentes ao ano letivo de 2025, na Escola Literato, em Serra Talhada–PE, evidenciou a relevância da mediação escolar no acompanhamento de estudantes com deficiência, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Os resultados apontaram a elaboração de 108 planos, distribuídos entre os segmentos educacionais, do total de documentos analisados, 20 corresponderam à Educação Infantil (18,52%), 48 ao Ensino Fundamental I (44,44%), 34 ao Ensino Fundamental II (31,48%) e 6 ao Ensino Médio (5,56%). Observou-se maior concentração de PAEE no Ensino Fundamental I, indicando uma demanda expressiva por acompanhamento especializado nesse segmento e a necessidade de organização dos recursos humanos conforme as necessidades identificadas.

ISSN: 2358-8829

A atuação dos mediadores escolares ocorreu de forma fixa ou rotativa, considerando as demandas de cada setor e as necessidades individuais dos estudantes. Nesse contexto, o conhecimento das informações registradas nos PAEE contribuiu para orientar as atribuições desses profissionais e favorecer o planejamento de estratégias de apoio mais adequadas às particularidades de cada aluno.

As avaliações da aprendizagem também constituíram indicadores importantes para o acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes, sendo revisadas periodicamente pela equipe multidisciplinar e pelas coordenações pedagógicas, com compartilhamento das informações com as famílias durante os plantões pedagógicos bimestrais. Conforme Gomes, Rodrigues e Giareta (2025), no âmbito avaliativo, para além dos interesses governamentais, colocados em prática pelos sistemas educacionais, a avaliação escolar vai-se distanciando do ato de avaliar na perspectiva inclusiva para a valorização da diferença

Os resultados evidenciam, ainda, a importância da articulação entre mediadores escolares, professores, equipe multidisciplinar, coordenações e famílias para o fortalecimento das práticas inclusivas. Essa perspectiva aproxima-se das reflexões de Souza e Cirino (2024), ao destacar a relevância do ensino colaborativo, no qual os profissionais compartilham práticas e desenvolvem estratégias pedagógicas que respeitam as especificidades dos estudantes com deficiência.

Dessa forma, a experiência da Escola Literato demonstra que a mediação escolar, articulada ao planejamento individualizado e ao acompanhamento contínuo, constitui um recurso relevante para a promoção da participação e da aprendizagem. Os registros institucionais e as devolutivas das famílias contribuem para o acompanhamento das necessidades dos estudantes, embora não permitam, isoladamente, estabelecer uma relação causal entre a presença do mediador e os resultados de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou a importância do mediador escolar no processo de inclusão de estudantes com deficiência, especialmente quando suas atribuições estão bem definidas e articuladas ao trabalho docente. O conhecimento e a participação na construção e implementação do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) favorecem o

desenvolvimento de práticas pedagógicas individualizadas, contribuindo para a autonomia, a participação e a adaptação dos estudantes ao ambiente escolar, em consonância com seus direitos educacionais.

Apesar dos avanços na inserção desse profissional na educação básica, ainda são necessários investimentos em valorização e formação continuada. A experiência da Escola Literato, em Serra Talhada–PE, reforça a importância do trabalho colaborativo e das práticas pedagógicas individualizadas, esperando-se que essas experiências inspirem outras instituições na construção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Mediação Escolar, Atendimento Educacional Especializado, Plano Educacional Individualizado.

AGRADECIMENTOS

À Escola Literato pelo apoio institucional, científico e financeiro concedido para a realização deste estudo.

REFERÊNCIAS

Araújo, O. da S., & Silva, A. J. (2025). O PAPEL DO PROFESSOR DE APOIO/MEDIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL. RECIMA21 - **Revista Científica Multidisciplinar** - ISSN 2675-6218, 6(7), e676540.

BOFF, Ana Paula; MACHADO, Andreia de Bem. Educação especial na perspectiva inclusiva: uma revisão pautada no direito de todos à educação. ***Educar em Revista,*** **Curitiba**, v. 40, e85133, 2024. **https://doi.org/10.1590/1984-0411.85133**

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 163, nº 202, p. 1-5, 21 out. 2025. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2025/decret o-12686-20-outubro-2025-798166-publicacaooriginal 176779-pe.html. Acesso em: 10 set. 2026

GOMES, Guadalupe Brandão de Souza; RODRIGUES, Silvia Adriana; GIARETA, Paulo Fioravante. A avaliação escolar na perspectiva inclusiva: dados de um estudo de revisão. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, *[S. l.]*, v. 12, n. 30, p. 285–305, 2025. DOI: 10.55028/pdres.v12i30.20651. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/20651. Acesso em: 29 out. 2026.

LOPES, M. M; MENDES, E. G. Profissionais de apoio à inclusão escolar: quem são e o que fazem esses novos atores no cenário educacional? **Rev. Bras. Educ**. 28, 2023. https://doi.org/10.1590/S1413-24782023280081

PLETSCH, Marcia Denise. **O que há de especial na Educação Especial Brasileira?** Momento - Diálogos em Educação, v. 29, n. 1, p. 57-70, 2020. https://doi.org/10.14295/momento.v29i1.9357

SOUZA, C. F., CIRINO, R. M. B. O planejamento colaborativo: uma possibilidade para a inclusão. In: **CIRINO, R. M. B; VIEIRA, L. A. (Org.). Educação inclusiva: desafios e caminhos para a valorização da diferença**. Paranaguá: UNESPAR, 2024. 286 p.